



O PARLAMENTO EUROPEU

E AS ELEIÇÕES EUROPEIAS:
ENSAIOS SOBRE LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA

Cláudia Toriz Ramos, Paulo Vila Maior e Isabel Costa Leite (org.)

ALICE CUNHA, Doutora em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde é Investigadora no Instituto Português de Relações Internacionais. Os seus principais interesses de investigação estão relacionados com a História da integração europeia, os estudos sobre o alargamento, a Europeização e os fundos europeus. É membro do European Union Liaison Committee of Historians.

ANA PAULA BRANDÃO, Doutora em Ciência Política e Relações Internacionais, Professora Auxiliar da Escola de Economia e Gestão e Investigadora do Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), da Universidade do Minho. Os interesses de investigação, as publicações e as comunicações em encontros científicos nacionais e internacionais incidem sobre Estudos de Segurança (teorias da segurança, segurança europeia, segurança humana) e Estudos da UE (PESC/PCSD, segurança interna da UE, security actorness, sistema político da UE).

CLÁUDIA TORIZ RAMOS, Doutora em Political Studies (University of Aberdeen, Reino Unido), Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa (Porto) e Investigadora do CEPES (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, na Universidade do Porto). A sua investigação incide sobre democracia e governação, na União Europeia, sobre teoria e práticas da democracia e sobre governação global.

ISABEL CAMISÃO, Doutora em Ciência Política e Relações Internacionais, Professora Auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Subdiretora da mesma Faculdade, Investigadora do CICP - Centro de Investigação em Ciência Política, coordenadora da Secção de Estudos Europeus da APCP e membro da equipa do Centro de Excelência Jean Monnet PRONE, da Universidade de Coimbra. As suas áreas de investigação incluem instituições e governação da UE, em particular o papel da Comissão Europeia.



*«(...) aquilo que os gregos chamam alétheia,
a desocultação, o descobrimento.
Aquele olhar que às vezes está pintado
à proa dos barcos.»*

Sophia de Mello Breyner Andresen



CEPESE

Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.



FUNDAÇÃO
FERNANDO
PESSOA



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

FCT
Fundação para a Ciência e Tecnologia

**COMPETE
2020**

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

© 2020, Cláudia Toriz Ramos, Paulo Vila Maior e Isabel Costa Leite e Alêtheia Editores • Todos os direitos de publicação em Portugal reservados por: Cláudia Toriz Ramos, Paulo Vila Maior e Isabel Costa Leite e ALÊTHEIA EDITORES • Zona Industrial da Ponte Seca, 2510-752 Gaeciras – Óbidos • Tel.: (+351) 21 093 97 48/49 • E-mail: aletheia@aletheia.pt • www.aletheia.pt • Capa: Sylvie Lopes • Paginação: Sylvie Lopes • ISBN: 978-989-8906 • Depósito Legal: 479319/21 • dezembro de 2020.

O PARLAMENTO EUROPEU

E AS ELEIÇÕES EUROPEIAS:

ENSAIOS SOBRE LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA

Cláudia Toriz Ramos

Paulo Vila Maior

e Isabel Costa Leite (org.)

ALÉTHEIA
EDITORES

13

ÍNDICE

Introdução

O Parlamento Europeu e a legitimidade democrática:
um debate necessário

Cláudia Toriz Ramos, Paulo Vila Maior e Isabel Costa Leite p. 7

1. Os Portugueses e o Parlamento Europeu:
participação e dinâmicas eleitorais

Marco Lisi e Alice Cunha p. 17

2. O Parlamento Europeu e a participação política
dos cidadãos

Isabel Costa Leite p. 41

3. Eleições europeias e transnacionalização dos partidos
políticos

Cláudia Toriz Ramos p. 59

4. O Parlamento Europeu e a “eleição” da Comissão
Europeia

Isabel Camisão p. 85

5. O Parlamento Europeu e os Parlamentos Nacionais:
o controlo da subsidiariedade

Isabel Costa Leite e Cláudia Ramos p. 111

6. O Parlamento Europeu e a governação da zona euro

Paulo Vila Maior p. 137

7. A *Actorhood* do Parlamento Europeu e a *Security
Actorness* da União Europeia: Em Defesa da Potência
Normativa?

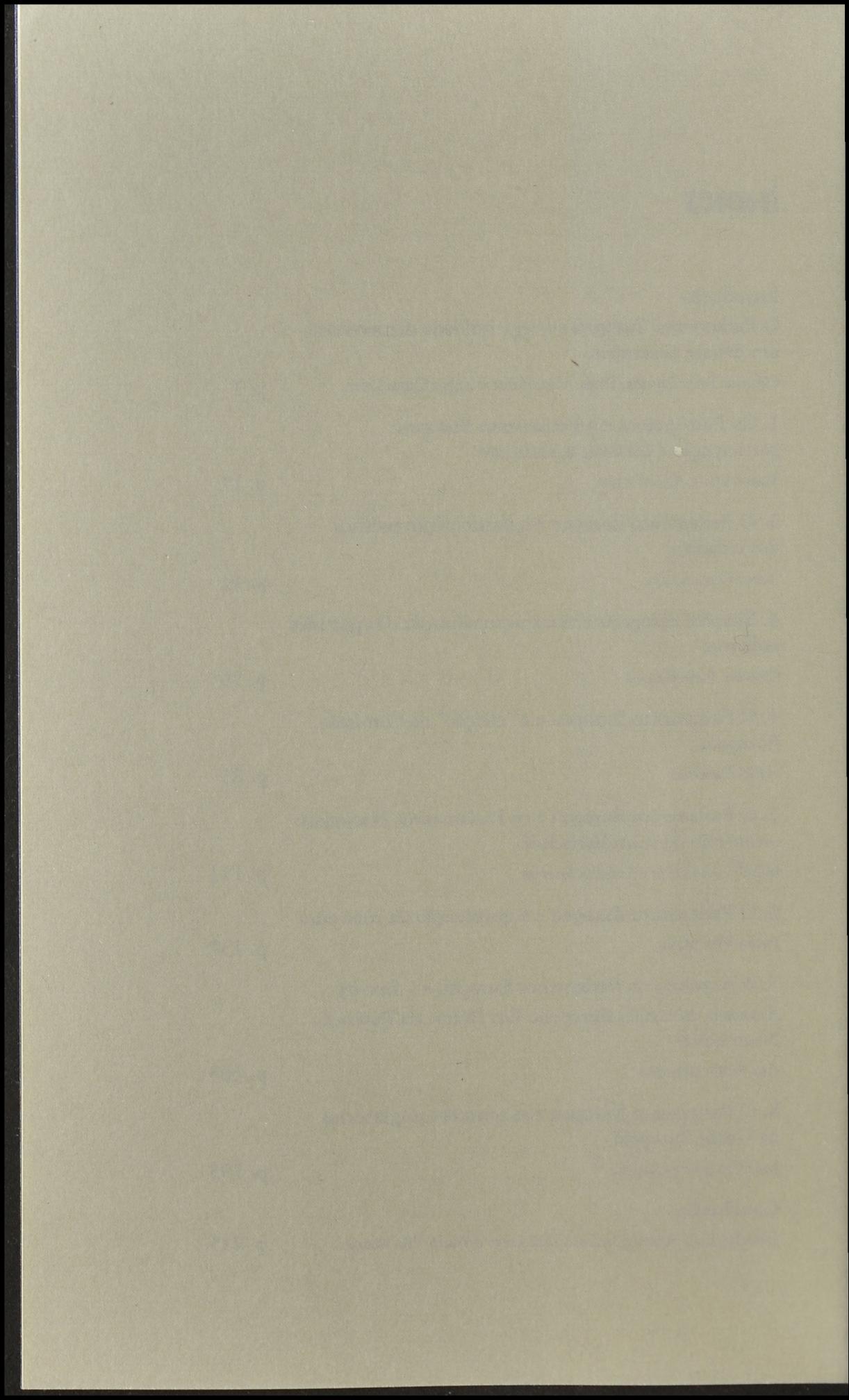
Ana Paula Brandão p. 163

8. O Parlamento Europeu e as questões migratórias
na União Europeia

João Casqueira Cardoso p. 193

Conclusão

Cláudia Toriz Ramos, Isabel Costa Leite e Paulo Vila Maior p. 215



Introdução

O PARLAMENTO EUROPEU E A LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA: UM DEBATE NECESSÁRIO

Cláudia Toriz Ramos

Universidade Fernando Pessoa e CEPESÉ

Paulo Vila Maior

Universidade Fernando Pessoa e CEPESÉ

Isabel Costa Leite

Universidade Fernando Pessoa e CEPESÉ

O Parlamento Europeu (PE) e as eleições europeias: ensaios sobre a legitimidade democrática é um livro resultante do cruzamento de um projeto de investigação sobre transnacionalização dos partidos políticos na União Europeia (UE)¹ com a circunstância das eleições europeias de 2019, que convidou ao debate académico e público sobre o PE, sua legitimidade democrática, sua visibilidade na esfera pública e sua atuação no plano político. Para esse efeito, reuniram-se as contribuições de um conjunto de académicos portugueses cuja investigação versa regularmente sobre tais temas. Propositadamente, o ponto de partida é Portugal nas eleições europeias, dado que é esse o lugar de observação dos autores, sobre a integração europeia, embora a obra, como o fenómeno analisado – o da integração política europeia – tenha inevitável e desejavelmente um escopo europeu. É esse, de resto, o objetivo central do debate lançado pelos editores. Discutir as eleições europeias significa discutir um fenómeno de integração política supranacional,

1. Projeto *A transnacionalização dos partidos políticos: A inserção portuguesa nas famílias políticas e 'partidos políticos europeus'* (CEPESÉ-Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade), em que colaboram os três editores do livro.

nas suas “virtudes” e nas suas “limitações”. Discutir eleições significa discutir legitimação política. Discutir eleições significa discutir participação política. Discutir eleições significa também, neste contexto, tocar no “calcanhar de Aquiles” da construção europeia: o alegado défice democrático e o eterno retorno do debate sobre a relação dos povos da Europa com a Europa política e burocrática. Neste, o PE ocupa um lugar central, já que é a única instituição do aparelho de poder da UE dotada de legitimidade democrática direta, isto é, a única cujos titulares são diretamente escolhidos pelos cidadãos por sufrágio universal.

A legitimidade democrática tem tido, no debate sobre integração europeia, dois ângulos fundamentais de análise. Por um lado, e em consonância com a teoria democrática, diz respeito às “entradas” de legitimidade (*input*), já que em democracia o poder é delegação do soberano, o universo dos cidadãos; por outro lado, a legitimidade é também decorrente de um conjunto de resultados políticos (*output*), a boa governação, ou boas políticas, que satisfazem a comunidade política a que se destinam. A conjugação das duas vertentes implica uma dialética difícil entre o poder (popular) de escolher e o poder (político), de legislar e executar. As eleições são a pedra angular deste processo; o debate público e a participação política quotidiana são os veios de comunicação do sistema; as políticas, o seu resultado; os sistemas partidários, o elo transversal que atravessa a sociedade e entra no aparelho político, articulando a relação mútua.

As perguntas axiais do debate que este livro documenta são pois: i) como ocorre o processo político que dá sustentação à legitimidade democrática do PE? ii) Quais são e como podem ser avaliados os resultados da atuação política do PE, particularmente em áreas nucleares da atuação da UE, nomeadamente na resposta às crises recentes que têm desafiado o processo de integração²?

2. A escrita dos vários capítulos foi anterior à emergência da pandemia do covid-19 e à crise económica que lhe foi consequente, pelo que não incluímos esta crise na constelação de crises identificadas ao longo da obra.



ISABEL COSTA LEITE, Doutora em Ciência Política e Sociologia pela Universidade Pontifícia de Salamanca (Madrid), Professora Associada da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa (Porto) e Investigadora do CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, da Universidade do Porto). Autora de diversas publicações nas áreas da sua investigação: integração política europeia, justiça e assuntos internos, cidadania e participação política, relações políticas Portugal-União Europeia-América Latina.

JOÃO CASQUEIRA CARDOSO, Doutor em Direito pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. É membro do CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, da Universidade do Porto) e docente da Universidade Fernando Pessoa, onde coordena o Mestrado em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento. Leciona e dirige projetos na área dos direitos humanos e ainda sobre as questões sociais internacionais e europeias. Colaborou como perito contratado com o Serviço de Estudos do Parlamento Europeu.

MARCO LISI, Doutor em Ciência Política (Universidade de Florença, Itália), Professor Associado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Investigador do IPRI (Instituto Português de Relações Internacionais). A sua investigação centra-se em eleições, comportamentos políticos, partidos e grupos de interesse.

PAULO VILA MAIOR, Doutor em Contemporary European Studies (University of Sussex, Brighton, Reino Unido), Professor Associado na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa (Porto) e Investigador do CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, da Universidade do Porto). A sua investigação centra-se na economia política da União Económica e Monetária, com ênfase na crise e reforma da zona euro, atuando ainda na constitucionalização da União Europeia e na teorização da integração europeia.

Este livro analisa as eleições europeias (processos, participação política, partidos políticos) e o papel do Parlamento Europeu no quadro do debate sobre a legitimidade democrática das instituições europeias. Sendo o Parlamento Europeu a instituição protagonista da relação direta com os cidadãos, na União Europeia, o debate sobre o seu papel é fundamental, não só nos anos de eleição, mas também ao longo dos mandatos. A articulação entre o nível nacional e o nível europeu da governação é também abordada, no plano da relação interparlamentar, sob o princípio da subsidiariedade. Discute-se ainda, no livro, na perspetiva da 'legitimidade pelos resultados', o papel do Parlamento Europeu em áreas cruciais da atualidade, nomeadamente a governação económica, a segurança interna/externa e as questões migratórias e de refugiados. O livro conclui com um balanço sobre a legitimidade democrática do Parlamento Europeu.

Dada a importância da política europeia no quotidiano da política dos Estados, o livro pretende trazer à discussão académica especializada, mas também a um público mais vasto que nutre interesse pelas questões políticas europeias, um debate central da integração: o da legitimidade democrática, ergo, da relação dos cidadãos com a União Europeia.

